DECISÃO SINGULAR DSG - G.WNB - 7463/2020

PROCESSO TC/MS	: TC/3185/2018
PROTOCOLO	: 1893747
ÓRGÃO	: AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL
JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A)	: JORGE OLIVEIRA MARTINS
TIPO DE PROCESSO	: BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS
RELATOR	: Cons. WALDIR NEVES BARBOSA

CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA - REQUISITOS LEGAIS ATENDIDOS - PROVENTOS PROPORCIONAIS - REGISTRO.

Vistos, etc.

Em exame, o ato de concessão de **Aposentadoria Voluntária** concedida pela Agência de Previdência Social de Mato Grosso do Sul à Servidora **Terezinha Acioli de Araújo**, inscrita no CPF sob o n.º 880.197.481-72, titular efetiva do Cargo de Agente de Atividades Educacionais.

No transcorrer da instrução processual, após proceder à análise dos documentos que compõem o feito, a Divisão Especializada "**ANA - DFAPP – 5127/2020" fls. 21-22**, e o Representante do Ministério Público de Contas "**PAR - 4ª PRC – 6312/2020" fl. 23**, manifestaram pelo **registro** do Benefício Previdenciário (aposentadoria), à medida que foram cumpridas todas as exigências regimentais e legais pertinentes.

É o relatório.

Cumpridos os pressupostos processuais, estando regularmente instruídos os autos, passa-se ao exame do mérito.

Compulsando-se os autos e os documentos que o instruem, verifica-se

que o benefício – Aposentadoria Voluntária – foi concedido em conformidade com a legislação pertinente, sendo que a servidora preencheu todos os requisitos necessários à concessão do ato.

Os proventos a perceber na inatividade foram fixados proporcionalmente, calculados conforme as normas constitucionais e legais, cujas parcelas estão corretamente discriminadas em Apostila de Proventos (fl. 17), com fulcro no art. 43, incisos, I, II, e IV, c/c o art. 76 e art. 77, todos da Lei n. 3.150, de 22 de dezembro de 2005, atos que conduzem ao registro da aposentadoria.

Mediante ao exposto, **DECIDO** nos seguintes termos:

I – pelo **REGISTRO** da **Aposentadoria Voluntária** concedida pela Agência de Previdência Social de Mato Grosso do Sul à Servidora **Terezinha Acioli de Araújo, inscrita no CPF sob o n.º 880.197.481-72**, conforme Decreto "P" N. 6.107/2017, publicado no Diário Oficial do Estado do Mato Grosso do Sul nº 9.553, de 14 de dezembro de 2017, pág. 45, com fundamento nas regras dos arts. 21, III, e 34, II, da Lei Complementar n° 160/2012;

II – Pela **REMESSA** dos autos ao Cartório para **INTIMAÇÃO** do resultado deste julgamento aos interessados, observado o que dispõe o art. 50 da Lei Complementar nº 160/2012, e, encaminhamentos de que trata o art. 187, § 2º e § 3º, II, "a", do RITC/MS.

É a decisão.

Campo Grande/MS, 16 de setembro de 2020.

WALDIR NEVES BARBOSA
GAB. CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

GLX